

Paulo José Torres

NOVA CRISE NO ENSINO JURÍDICO

O NECESSÁRIO EQUILÍBRIO
ENTRE O AFETO E A
COMPETIÇÃO

COM PREFÁCIO DE
EDUARDO MANUEL VAL



www.cej.com.br

Editor

André Saddy

Conselho Editorial

André Saddy – Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo - Escola de Direito do RJ da Fundação Getulio Vargas (Brasil)

Christian Alberto Cao – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Claudia Ribeiro Pereira Nunes – Yale University (Estados Unidos da América)

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Daniel Wunder Hachem – Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Emerson Affonso da Costa Moura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)

Irene Patrícia Nohara – Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

José Eugenio Soriano García – Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

Julián Pimiento Echeverri – Universidad Externado de Colombia (Colombia)

Orlando Vignolo Cueva – Universidad de Piura (Perú)

Pablo Schiavi – Universidad de la República / Universidad de Montevideo (Uruguai)

Reinaldo Funes Monzote – Universidad de Havana (Cuba)

Rodrigo Ferrés Rubio – Universidad Católica del Uruguay (Uruguai)

Sede: Rua Alcindo Guanabara n.º 24, sala 1405, Rio de Janeiro, RJ, Centro da Cidade, CEP 20.031-915, Brasil

Paulo José Torres

Doutor em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Graduado em Direito pela Mackenzie Rio (MACKRIO)
Coordenador do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA) – Campus Copacabana
Professor Auxiliar da Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Professor Auxiliar do Centro Universitário Carioca (UNICARIOCA)
Professor Auxiliar do Universidade Cândido Mendes (UCAM)
Pesquisador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Constitucionalismo Latino Americano (LEICLA) e do Observatório de Acesso à Justiça em Ibero América (OAJIA)
pauloj@gmail.com

NOVA CRISE NO ENSINO JURÍDICO: O NECESSÁRIO EQUILÍBRIO ENTRE O AFETO E A COMPETIÇÃO

**Rio de Janeiro
2021**

Copyright © 2021 by Paulo José P. C. T da Silva

Categoria: Educação Jurídica

Produção Editorial
Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Diagramação: o próprio

O Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra pelo seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2

Catálogo: Daniele Alvarenga CRB7: 6873/RJ

Torres, Paulo José

Nova crise no ensino jurídico: o necessário equilíbrio entre o afeto e a competição / Paulo José Torres – Rio de Janeiro: CEEJ, 2021.

334 p.: il. (color.)

Inclui tabelas, gráficos e anexos.

ISBN: 978-65-992170-8-1

1. Educação Jurídica. 2. Biologia do amar. 3. Discursos e prática docente. 4. Crise de afeto. 5. Educação emancipadora. I. Título. II. série.

CDD – 341.2733

À minha filha Júlia. Por me fazer um ser humano melhor e me inspirar a pensar em um futuro para além da minha própria existência.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus professores, formais e informais, que com sua sensibilidade e seu amor pela educação puderam movimentar em mim as estruturas que me fariam apaixonar por esse ofício e me tornar um educador.

Ao meu orientador Professor Dr. Eduardo Manuel Val, por compreender todas as dificuldades de empreender uma tese em tempos tão difíceis e por ser a luz que não permitiu que a teimosia e o pessimismo de um orientando pusessem tudo a perder.

Aos meus amigos, pelas contribuições teóricas, pelos auxílios oferecidos, pelos ombros para lamentações ou simplesmente por serem a constante de normalidade que nos resgata de uma espiral de caos.

À minha esposa, por mais uma vez compreender a complexidade desta jornada, por confiar em mim quando eu mesmo talvez já não o fizesse e por me dar o presente mais lindo, nossa filha Júlia, a razão para que todas as manhãs eu renove meu compromisso de fazer o mundo de hoje melhor do que o de ontem.

Paulo José Torres
MMXXI, agosto, Rio de Janeiro, Brasil
pauloj@gmail.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – O MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO PAÍS: A EVOLUÇÃO CURRICULAR NO PLANO DO FORMALISMO	29
1.1. Notas sobre o Ensino Jurídico no Brasil: Um panorama evolutivo da Carta de lei 11 de agosto de 1827 à Resolução nº5 de 17 de dezembro de 2018	31
1.2. Mudanças de paradigmas sobre o profissional do direito e suas diferentes funções dentro do Estado Democrático de direito	74
1.3. Currículo oculto, Currículo oficial e Currículo factual: uma introdução ao plano do realismo	85
CAPÍTULO II – AS DEMANDAS DE MERCADO QUE IMPULSIONARAM A EVOLUÇÃO CURRICULAR NO PLANO DO REALISMO	99
2.1. Neoliberalismo, plano real e a democratização do ensino superior	104
2.2. As pressões mercadológicas como vetor de direcionamento do ensino superior	118
2.3. As pressões mercadológicas como vetor de direcionamento do ensino superior	129
CAPÍTULO III – O CENÁRIO DOS CURSOS DE DIREITO NO PAÍS. ANÁLISE DO PERFIL DOCENTE E DOS RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) E DA OAB	137

3.1. O perfil do docente do curso de direito: exigências formais e materiais para a construção de um profissional alinhado com um direito emancipador 139

3.2. O egresso do curso de direito e seu desempenho nos certames significativos: resultados pragmáticos de um projeto pragmático 169

CAPÍTULO IV – METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM NOVO FÔLEGO OU UMA MAQUIAGEM PARA UM VELHO PROCESSO FABRIL DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS? 211

4.1. O fenômeno das Metodologias Ativas na educação superior na Contemporaneidade e a visão da pedagogia 214

4.2. O COVID-19 e os novos paradigmas da educação jurídica: work in progress de um cenário pandêmico..... 243

CAPÍTULO V – HÁ ESPAÇO PARA UM ESTUDO REFLEXIVO DO DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE PÓS-MODERNA? APONTAMENTOS INICIAIS PARA UM MODELO DE ENSINO JURÍDICO 251

5.1. Dialogando com o saber e o afeto em Maturana: Na busca de uma epistemologia aplicada ao ensino jurídico 253

5.2. Objetivos e potencialidades: um novo projeto para o curso de direito 270

CONCLUSÕES 289

REFERÊNCIAS..... 297

ANEXO I – QUADRO COMPARATIVO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL..... 319

ANEXO II – PLANILHA DE DADOS DO PORTAL GEOCAPES [HTTPS://GEOCAPES.CAPES.GOV.BR/GEOCAPES/](https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/) 321

ANEXO III – 100 PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ACORDO COM A TAXA DE APROVAÇÃO

MÉDIA, COM MAIS DE 100 INSCRITOS, DO XXVII AO XXIX
(ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2020, P. 63-8) 325

ANEXO IV – DECLARAÇÃO SOBRE A LIBERDADE DE
ENSINO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE
NACIONAL DE BRASÍLIA 331